



Público

13-01-2020

Periodicidade: Diário
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 31885

Temática: Economia
Dimensão: 1783 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/16/17

Gestores de topo acreditam que fraudes estão a aumentar

Estudo da consultora Deloitte mostra que crimes ocorrem sobretudo no sector dos serviços financeiros **p16/17**

Líderes responsabilizam gestores de topo pelo aumento da fraude

Num inquérito realizado pela Deloitte, a quase totalidade dos gestores inquiridos considera que os crimes estão a aumentar no mundo empresarial, com destaque para os serviços financeiros

Gestão
Cristina Ferreira

Mais de 80% das empresas com actividade em Portugal envolvidas num estudo sobre “Fraud Survey”, realizado pela Deloitte, acredita que, nos últimos quatro anos, “o número de ocorrências de episódios fraudulentos” no universo das organizações se manteve “inalterado” ou até “aumentou”, com maior incidência nos serviços financeiros. E a quase totalidade dos inquiridos, 95%, atribuiu a responsabilidade das ilegalidades, como o tráfico de influências, a corrupção, o suborno e o desvio de fundos, aos quadros médios e superiores das organizações.

O estudo foi desenvolvido entre 7 e 29 de Maio de 2019, com consultas ao mais alto nível, junto de CFO (os administradores com o pelouro financeiro), de directores financeiros e de directores das áreas de *compliance*, de risco e de controlo de grandes, médias e pequenas empresas com actividade em Portugal.

A amostra abrangeu um total de 157 inquiridos e o objectivo foi identificar os padrões de percepção, comportamentos, prevenção, diagnóstico dos problemas e das acções adoptadas pelas sociedades a que pertencem para combater as más práticas.

Tratou-se, de uma sondagem meramente qualitativa, que não procurou contabilizar os impactos financeiros das ilicitudes, deixando de fora os custos e as perdas monetárias dali decorrentes.

Vera Pita, *partner* (sócia) da Deloitte Portugal, salientou ao PÚBLICO que o estudo, de que foi uma das autoras, teve “um duplo papel: por um lado, permite às organizações e inquiridos fazer uma reflexão sobre algumas das dimensões da fraude, a sua caracterização e evolução, e, por outro, com a apresentação dos resultados, pretende ajudar as empresas a enten-

der e conhecer as áreas em que é necessário desenvolver um trabalho mais profundo no sentido de mitigar as situações de fraude”.

Sector financeiro em xeque

Da leitura do relatório “Deloitte Fraud Survey”, tiram-se conclusões: nos últimos quatro anos, 82% dos gestores alega que “o número de ocorrências de eventos fraudulentos se manteve inalterado (35%) ou aumentou (47%)”, e só 31% tem a expectativa de que no futuro o quadro possa evoluir favoravelmente.

Os mais pessimistas são os do sector de bens de consumo, 67%, e das pequenas e médias empresas (PME), 54%, para quem os crimes têm crescido, em vez de diminuir.

Na opinião da maioria, a grande incidência dos crimes ocorre no sector dos serviços financeiros (que inclui a banca, as corretoras, as seguradoras e os fundos de investimento), com o foco na rede comercial.

De modo distinto, quando a empresa é de base industrial, os episódios dolosos concentram-se nos departamentos de compras.

Para 44% dos gestores não financeiros, a forma de fraude mais comum é o suborno. Por seu turno, os líderes das PME apontam como o ilícito mais comum o desvio de fundos.

Quase metade dos participantes na iniciativa da auditora reconheceu ter tido recentemente ocasião de “testemunhar” situações de dolo com implicações na reputação, na perda de negócio e na quebra das instituições envolvidas.

Já 45% dos gestores de serviços financeiros confessaram ter tido conhecimento de empresas envolvidas em casos de burla, o que contrasta com as informações reportadas pelas entidades do sector industrial, que mencionam apenas 36%.

A questão sobre a quem atribuem a responsabilidade pelos incidentes de “tráfico de influências, de cor-



Quase metade dos participantes no estudo da Deloitte reconheceu ter tido recentemente ocasião de “testemunhar” situações de dolo com implicações na reputação e na perda de negócio

rupção, de suborno e de desvio de fundos”, 95% dos participantes no estudo da auditora indicou “os quadros médios e superiores” das organizações. E para 65% dos que responderam ao inquérito, o tipo de fraude mais frequente é o tráfico de influências, enquanto para 41% é a corrupção e para 31% é o suborno.

Conduta ética

Ainda assim, o conjunto dos inquiridos no “Deloitte Fraud Survey” admitiu que, no meio empresarial, se verifica actualmente uma maior preocupação em acautelar possíveis casos de dolo, havendo ainda uma maior consciência de que estas

situações acabam sempre por se reflectir negativamente no dia-a-dia das organizações.

Constatou-se igualmente que os responsáveis que responderam ao inquérito da Deloitte defendem caber aos órgãos sociais – gestão e departamentos de *compliance* – garantir que os colaboradores têm uma conduta ética.

Mais de 40% dos gestores identifica a falta de sistemas de controlo eficientes e 39% a ausência de valores éticos, como os factores explicativos para a persistência (e aumento) dos incidentes criminais. Com 43% a observarem que a área mais vulnerável era a de *procurement* (com-



MIGUEL FERASO CABRAL

de base industrial se concentra sobretudo nos departamentos de compras.

Comunicação e recursos

Uma fatia de 22% das empresas reconhece que não adopta “procedimentos antifraude devidamente comunicados aos colaboradores”, enquanto “28% consideram que não faz uma alocação dos recursos adequada a mitigar o risco de fraude”.

No “Fraud Survey”, a Deloitte apurou ainda que 55% dos responsáveis do sector dos serviços financeiros não valorizaram a falta de ética como a principal razão para a ocorrência de ilícitos, mas sim a existência de sistemas de controlo ineficientes.

Uma situação que Vera Pita considera ser um sinal encorajador porque mostra que as próprias organizações concluíram pela necessidade de desenvolver “mecanismos para ajudar a mitigar e a prevenir” as más práticas. E sendo assim, o assunto deixa “de ser algo que depende apenas do indivíduo” que executa o crime, mas está condicionado à fiabilidade das redes de defesa montadas pelas organizações.

Denúncia anónima

A partir de 2008, o sector bancário, no centro da crise financeira mundial, veio crescentemente a adoptar mecanismos internos para melhorar a capacidade de prevenção de actos dolosos. Para se protegerem, os bancos criaram plataformas digitais destinadas a recepcionar denúncias anónimas (ou não) de crimes.

O que remete para um outro estudo, este de âmbito internacional, da *Association of Certified Fraud Examiners*, que Vera Pita trouxe para cima da mesa: “Cerca de 40% das investigações de casos de fraude foram desencadeadas, precisamente, através de canais internos de denúncia anónima, o que vem demonstrar a importância deste tipo de mecanismos” como meio de assegurar “um ambiente de controlo interno”.

Todavia, a mesma entidade chegou a outra conclusão: como as queixas anónimas ou eram de teor generalista ou não eram clarificadoras, não dando detalhes, a maior parte dos dossiês foram abertas para acabar fechados.

pras e fornecimentos), 27% assinaram ser a comercial e 26% a do financiamento e de actividades relacionadas.

Na visão de uma parcela significativa dos entrevistados, o sector dos serviços financeiro (57%) é onde são mais comuns os episódios ilícitos, seguido do de bens de consumo (13%). Os departamentos tecnológicos das empresas são igualmente nomeados como propensos a ilegalidades.

Na área financeira, por exemplo, a percepção é a de que as redes comerciais são as mais susceptíveis de serem corrompidas ou de corromperem, risco que nas empresas

Na visão de uma parcela significativa dos entrevistados, o sector dos serviços financeiro (57%) é onde são mais comuns os episódios ilícitos, seguido do de bens de consumo (13%)